



PARCOM PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ: 00.185.475/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DO LIQUIDANTE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2024 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos a apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis e acompanhamentos elaborados e aprovados em 31 de dezembro de 2024. Colocamos, nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício** - A Companhia apresentou mutação positiva dos ativos líquidos no exercício no montante de R\$11.080 mil, oriundo de remuneração sobre aplicações financeiras, atualização de depósito judicial e reversão de provisões passivas. **Divulgação de Informações Sobre Serviços que Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes BKR – Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Parcom Participações S.A. – Em liquidação. Rio de Janeiro, 07 de março de 2025. Parcom Participações S.A. – Em liquidação

Demonstração dos Ativos Líquidos			
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.989	5.817
Tributos a recuperar	7	121	119
Depósitos judiciais	6	13.769	16.388
		19.879	22.324

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos			
Exercícios Fimdos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Gastos no exercício			
Despesas administrativas	10	(179)	(127)
Despesas tributárias	11	(193)	(34)
Outras receitas			
Reversão de provisões tributárias	9 e 12	10.166	1.652
Ganhos financeiros			
Receitas financeiras, líquidas	13	1.363	2.503
Ajustes de Provisões			
Provisões tributárias		(5)	-
Varição dos ativos líquidos antes dos tributos		11.152	3.994
Imposto de renda e contribuição social	12	(72)	(101)
Varição dos ativos líquidos		11.080	3.893

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Fimdos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Rendimentos financeiros			
Aplicações financeiras		613	686
Recebimentos			
Restituição de tributos		70	26
Pagamentos		(21)	(21)
Serviços de auditoria e consultoria		(77)	(24)
Serviços jurídicos		(42)	(41)
Armazenagem		(19)	(19)
Publicações societárias		(336)	(197)
Tributos		(16)	(16)
Serviços do sistema financeiro		(172)	(394)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.817	5.423
Caixas e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		5.989	5.817
Caixas e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		11.806	11.240

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios Fimdos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2024	2023
Rendimentos financeiros			
Aplicações financeiras		613	686
Recebimentos			
Restituição de tributos		70	26
Pagamentos		(21)	(21)
Serviços de auditoria e consultoria		(77)	(24)
Serviços jurídicos		(42)	(41)
Armazenagem		(19)	(19)
Publicações societárias		(336)	(197)
Tributos		(16)	(16)
Serviços do sistema financeiro		(172)	(394)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		5.817	5.423
Caixas e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		5.989	5.817
Caixas e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		11.806	11.240

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: A Parcom Participações S.A. - Em liquidação ("Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro, tinha como objetivo a participação em outras sociedades, comerciais e civis, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior. A Companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de Contratos de Participação Financeira em Investimentos do Serviço Telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então Telemar ou de suas subsidiárias - posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à Companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná em face das companhias de telefonia destes Estados. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberado a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescente na Companhia um saldo de caixa cujo montante foi avaliado pelo Liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. Existem pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da liquidação da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas nº 6 e 9 as quais são parte integrante das demonstrações contábeis. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis em Liquidação:** **2.1 Base de preparação e Apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis apresentadas em bases de liquidação foram preparadas de acordo com o CPC para Entidades em liquidação e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OPCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2025. **b) Base de mensuração** - Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **c) Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. **3 - Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Ajuste do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou

de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Depósitos judiciais** - Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. Estão registrados ao custo histórico e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia. **e) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ou R\$20 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. **f) Demonstração dos Fluxos de Caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa			
Aplicações financeiras(a)			
	2024	2023	
Total	5.989	5.817	
(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 2024, a remuneração média foi de 92,41% do CDI (92,41% em 2023). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:			

		2024	2023	
Fundo	Ni-vel	Adminis-trador	Quant. de Cotas	Quant. de Cotas
Opportunity Top BNY				
DI FIC FIRC	1	Mellon	880.580,6542	5.988
Itaú Top DI FIC				
FI Ref.	1	Banco Itaú	145,5578	1
			2.185,1733	14
			5.989	5.817

5 - Partes Relacionadas Remuneração do pessoal-chave da Administração A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período de 1º janeiro a 31 de dezembro de 2024.

6 - Depósitos Judiciais			
	(i) Glosa de despesas de IRPJ e CSLL	(ii) Compensação de IRPJ e CSLL	Total
Depósitos efetuados	13.372	1.206	14.578
Atualização	1.660	150	1.810
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.032	1.356	16.388
Pagamentos realizados (i)	(3.362)	-	(3.362)
Reversão atualização (i)	(417)	-	(417)
Atualização	1.035	125	1.160
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.288	1.480	13.769

(i) Depósito refere-se a auto de infração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), do ano calendário de 2006, em razão de glosa de despesa relativas à remuneração de debêntures. Em decisão 14/03/2024 foi negado provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, sendo apresentado em 29/04/2024 petição para manifestar intenção de pagamento do débito principal de IRPJ e CSLL (R\$ 3.362) excluídos os juros de mora e a multa de ofício e solicitar a conversão de renda em favor da União e o levantamento do saldo remanescente do depósito para a Companhia. Em 24/12/2024 foi deferido o pedido. (ii) Depósito refere-se a auto de infração lavrado para a cobrança de débitos IRPJ e CSLL, em razão de compensação supostamente indevida de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, nos anos calendários de 2008 e 2009.

7 - Tributos a Recuperar			
	2024	2023	
Imposto de renda	121	114	
Contribuição social	-	5	
Total	121	119	

8 - Ativos Líquidos: a) Composição - Os ativos líquidos estão representados por 1.486.470.226 ações, sendo 1.477.952.562 ações ordinárias e 8.517.664 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. **b) Destinação do lucro** - O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos devido a prejuízos acumulados. **c) Provisões Tributárias** - A Companhia é parte em processos judiciais e utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de entrada e de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas possíveis e prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Processos provisionados			
	2024	2023	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.862	14.862	
Pagamentos (a)	(3.362)	-	
Adições	-	-	
Reversões (a) e (c)	(10.166)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.334	1.334	

Os passivos decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela Administração da Companhia, com análise individual destes processos e com base na opinião de seus advogados e consultores jurídicos. Os processos encontram-se na fase administrativa e na opinião de nossos assessores jurídicos as chances de perda são consideradas possíveis e são constituídas provisões para contingências na data base das demonstrações contábeis. a) A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em 8 de outubro de 2010 (Processo nº 11052.000825/2010-15). O auto de infração teve por objeto o IRPJ e a CSLL em razão da indebitabilidade das despesas contabilizadas no ano calendário de 2006, no valor histórico de R\$10.454, a título de pagamento da remuneração das debêntures de emissão da Companhia mantidas em circulação entre janeiro de 1995 e abril de 2007. A autoridade administrativa sustentou a sua argumentação alegando, basicamente, que as referidas despesas financeiras não atenderiam aos critérios de necessidade, usualidade e normalidade de que trata o regulamento do imposto de renda, para fins de dedutibilidade de qualquer despesa. Em 27 de agosto de 2014 foi julgada improcedente a impugnação apresentada pela Companhia. Em sequência foi interposto o recurso voluntário, que aguarda julgamento. Em decisão 14/03/2024 foi negado provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia, sendo apresentado em 29/04/2024 petição para manifestar intenção de pagamento do débito principal de IRPJ e CSLL (R\$ 3.362) excluídos os juros de mora e a multa de ofício e solicitar a conversão de renda em favor da União e o levantamento do saldo remanescente do depósito para a

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº3(b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as cotas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Depósitos Judiciais - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA** - Conforme descrito na nota explicativa nº6, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$13.769 mil, que representam, aproximadamente, 74% do total do Ativo da Companhia. Esses Depósitos são referentes aos Processos Judiciais descritos na nota explicativa nº9. Os depósitos judiciais são atualizados pela Selic, a variação é registrada na companhia como receita financeira. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Verificamos as guias de depósitos judiciais com os referidos processos decorrentes do depósito, verificamos por meio do extrato bancário os pagamentos dos depósitos, realizamos o recálculo da atualização do depósito utilizando a taxa Selic e verificamos se a atualização estava de acordo com o registrado em receita financeira. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas explicativas nº6 e nº9. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento e mensuração no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - CPC LIQUIDAÇÃO - Entidades em liquidação** - Em atendimento ao CPC Liquidação - Entidades em liquidação, aprovado em 05 de março de 2021, a companhia está apresentando as demonstrações contábeis elaboradas com bases distintas de reconhecimento e mensuração, aplicáveis exclusivamente para as entidades em liquidação. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** - As demonstrações contábeis da Parcom S.A. - Em liquidação, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 07 de fevereiro de 2024, foi emitido sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 07 de março de 2025.

10 - Despesas Administrativas			
	2024	2023	
Armazenagem	40	44	
Auditoria externa	22	22	
Publicações	19	19	
Serviços jurídicos	81	25	
Outras despesas	17	17	
	179	127	

11 - Despesas Tributárias			
	2024	2023	
Pis e Cofins	29	32	
Impostos não compensados	162	-	
Taxas estaduais	2	2	
	193	34	

12 - Imposto de Renda e Contribuição Social			
	2024	2023	
Varição dos ativos líquidos antes do IRPJ	11.152	3.994	
Adições	-	-	
Provisões tributárias	5	3.994	
Despesas não dedutíveis	162	-	
Reversão de atualização de depósito judicial	417	-	
Exclusões	(3.469)	(3.469)	
Atualização de créditos tributários	(7)	(7)	
Atualização de depósitos judiciais	(1.160)	(1.810)	
Reversão de provisão	(10.166)	(1.652)	
Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal	403	525	
Compensação do prejuízo fiscal (30%)	(121)	(158)	
Base de Cálculo	282	367	
Imposto de renda e contribuição social	72	101	

13 - Resultado Financeiro, Líquido			
	2024	2023	
Receitas financeiras:			
Rendimento de aplicação financeira	613	686	
Atualização depósito judicial	1.160	1.810	
Atualização de tributos a recuperar	7	7	
	1.780	2.503	
Despesas financeiras:			
Reversão de atualização depósito judicial	417	-	
	1.363	2.503	

14 - Objetivos e Políticas para Gestão de Risco Financeiro: Considerações gerais e políticas - A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração. A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: **Risco de mercado** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional. **Risco de taxa de juros e taxa de câmbio** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de moedas pré ou pós-fixadas. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio. **Risco de crédito** - As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito). No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Representa o risco de a Companhia